



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Práticas coletivas na Cracolândia: As disputas de visibilidade e os conflitos das imagens¹

Thiago Siqueira Venanzoni²

Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

O presente artigo apresenta algumas produções realizadas na Cracolândia, região central de São Paulo, por coletivos como Craco Resiste e Agência Pávio, durante violências sistêmicas praticadas pelos órgãos de segurança pública no ano de 2017. Entende-se que essas práticas midiáticas realizadas pelos grupos auxiliam na compreensão de alguns debates contemporâneos como visibilidade, reconhecimento, estética e política.

Foram usados neste artigo as videorreportagens feitas pela Agência Pávio durante a ação coordenada da Polícia Militar e Polícia Civil de maio de 2017 na Cracolândia e o dossiê produzido pela Craco Resiste em que são relatadas uma série de abusos e violações de direitos praticados contra os cidadãos e moradores da região. Ambos os objetos empíricos têm como intenção denunciar e visibilizar questões em torno da complexidade ocorrida nesse espaço da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Visibilidade, Cracolândia, Coletivo, Reconhecimento, Imagem

1. Contexto e conflito na Cracolândia

A região da Cracolândia, na área central da cidade de São Paulo, tem se tornado nos últimos anos espaço de conflito territorial da cidade em que se encontram em um campo sujeitos excluídos do espaço econômico, usuários de crack, pequenos comerciantes, proprietários de pensões e hotéis que servem de abrigo a moradores sem condições de pagar alugueis em outras regiões da área central da cidade e para serviços como venda de drogas ilícitas e prostituição, e no outro o poder público, que em muitas situações se colocou contra os moradores que ocupam essa região ao anunciar ações de desocupação e lançar projetos de revitalização da área para atender interesses econômicos de grupos imobiliários.

O mesmo ocorreu no ano de 2017, em que o prefeito da cidade, João Dória, realizou nova investida para recuperar a área em favor dos negócios imobiliários e do interesse territorial de grandes

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Consumo e Novos Fluxos Políticos: ativismos, cosmopolitismos, prática contra-hegemônicas, do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2018.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais (ECA-USP), com bolsa Capes. Membro Grupo de Estudos da Linguagem: Práticas Midiáticas (MidiAto).



incorporadoras e rentistas proprietários de terra na região central. No dia 24 de maio de 2017 o prefeito e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciaram nova parceria público-privada na região, três dias após a ação violenta promovida pelas polícias militar e civil, captada pelos vídeos em análise neste artigo e que serão motivos de interesse mais à frente.

Segundo essa parceria, constante em informações oferecidas pelo Governo do Estado de São Paulo³, o poder público municipal e estadual cessam e regularizam terrenos para proprietários da região e empresas privadas que vão usufruir de acordo com seus interesses desde que ofereçam em contrapartida ao município alguns projetos já anunciados, como a construção de uma escola de música, revitalizações da praça em frente à Sala São Paulo e um prédio público, do Corpo de Bombeiros, e a construção de 440 moradias de interesse social. Esse número é bem inferior ao déficit habitacional da cidade de São Paulo, que gira em torno de 230 mil moradias⁴, e o número de moradores de rua na região central da cidade, onde está localizada a Cracolândia, de cerca 16 mil habitantes⁵.

Exemplifica-se, com essa última ocorrência, apenas um momento dessa situação de conflito ocorrida no centro de São Paulo. Porém, desde de 2005 se acentua essa disputa urbana a partir do projeto nomeado como Nova Luz, lançado na gestão do prefeito José Serra e seu vice, Gilberto Kassab – que assumiria a prefeitura no mesmo ano. Resumidamente, o projeto era uma concessão urbanística para o capital privado investir, alterar, remodelar a região com o poder público arcando na construção de novos bens públicos e revitalização de outros espaços em parceria com as empresas interessadas. Ou seja, muito semelhante ao que está em curso em 2017 na região, apesar das diferenças em relação ao método: um processo acentuado de gentrificação que desconsidera a participação dos atuais moradores da região. Dito de outra maneira, mais condizente com a questão trazida a este artigo, no teor dos projetos relatados está a adoção de uma estética mais autorizada no regime de visibilidade da cidade em relação a uma área compreendida como degradada, ou, uma estética subalterna já que a ela não dada devida autoridade no dizível; ela não pode falar⁶.

³ <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/alckmin-anuncia-ampliacao-de-moradias-no-centro-de-sao-paulo/> (Acesso em 16/02/2018).

⁴ <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/09/sao-paulo-tem-deficit-de-230-mil-moradias-4913.html> (Acesso em 16/02/2018).

⁵ <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/populacao-de-rua-em-sao-paulo-quase-dobra-em-15-anos.html> (Acesso em 16/02/2018).

⁶ Falamos, evidentemente, da questão trazida por Gayatri Spivak em seu texto “Pode o subalterno falar?”. A resposta encontrada pela autora é um não, o subalterno não fala, e entendemos que dentro do regime estético a mesma questão tem validade pois é possível indicar quem nunca diz, a não ser por uma fala que a autoriza a dizer ou lhe atribui uma autoridade relativa. Dito de outra forma, trata-se de uma questão de semelhança, aparentar ser, ou seja, um dizível que sempre confirma



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Diante disso, não obstante do conflito territorial há também no interior dessa questão um conflito no regime da imagem. Em sua política representacional, a área da cidade sempre foi visualizada como algo distante, focada em usuários de crack, em recorte que se distancia de outras áreas reconhecidas da cidade e mesmo de parte do centro de São Paulo. É possível recuperar na memória dois tipos de imagem recorrentes em relação à Cracolândia, uma de plano aéreo que apresenta a nomeada “feira do crack” na região (Figura 1), e outra um plano médio em que o olhar e o observador se colocam fora do espaço de sociabilidade da região (Figura 2). A primeira confirma um dizível sobre a área, ocupada por usuários de droga que vivem à parte da cidade e necessitam de auxílios institucionais para sair de uma dada noção de desumanidade em que vivem, atribuindo-se, portanto, à imagem uma condição de semelhança. A segunda, não distante da primeira, afirma o lugar do Outro. De um Outro pouco apreendido pelo discurso e que, para o poder público e uma parte considerável da população da cidade, precisa ser encaminhado para abrigos, centros de reabilitação e outras medidas cautelares para afastá-lo daquela região. O que nos prende a esses dois tipos de imagem é a sua confirmação sobre o espaço em causa: a Cracolândia se trata de uma área degradada, objeto de um conjunto de equívocos no interior da vida social, que convoca para a sua revitalização. O que adere discursivamente, ainda hoje, ao discurso da violência estatal como uma condição de segurança e melhoria da área em conflito.



FIGURA 1 – Região da Cracolândia
FONTE – Google Images.



FIGURA 2 – Região da Cracolândia
FONTE – Google Images.

As duas formas de imagem trazidas como exemplos de representação à Cracolândia se aproxima ao que Jacques Rancière (2013) descreve como política, uma espécie de reprodução de

um visível estabelecido. A população e a estética da Cracolândia nos parecem um exemplo cabível à resposta de Spivak. Ver mais: SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



semelhança entre essas imagens e uma imagem originária e mais autêntica, diria, “não sua cópia fiel, mas apenas o que é suficiente para tomar o seu lugar” (RANCIÈRE, 2013, p.15). E, de outro modo, a possibilidade de alteração do jogo de espelhos da semelhança, de formas inesperadas ou renovadas que venham ocupar uma ideia sobre o visível. Em outros momentos, o filósofo vai atribuir a essa dessemelhança a ideia de dissenso, que faz operar uma ruptura à ordem antes dada.

Se há um grau possível de dessemelhança entre a imagem e o que seria sua origem, na complexidade em torno de sua aparição, qual seria a imagem da alteridade, portanto? Reconhecemos que o conflito, como o ocorrido na estética da Cracolândia, é uma condição social que se reflete no jogo entre o Eu e o Outro em chave negativa. Ou, se pensarmos na política das imagens, uma relação entre um Mesmo da imagem e um Outro da imagem que não convergem para o mesmo lugar, para uma mesma enunciação. Uma imagem de repetida assimilação e outra imagem que se conflita com o visível. Buscamos, a partir de agora, refletir a produção dessas imagens de conflito no período temporal adotado neste artigo, em especial o ano de 2017.

2. Formas mediadas da resistência

Vera Follain Figueiredo (2012) traduz o espaço urbano como um lugar de disputa na modernidade tardia em que nos encontramos nas relações de sociabilidade. Se o neoliberalismo adota em sua dinâmica macroeconômica, ao menos em tese, “a rápida circulação de produtos, imagens e informações, as migrações e o turismo em fluxo contínuo” (FIGUEIREDO, 2012, p.104) - que nos levam a reflexão sobre a mobilidade em tempo contemporâneo -, em sua dinamização micropolítica nos encontramos com uma espécie de fim da alteridade, na assunção do indivíduo e na afirmação de um Mesmo, ainda que dentro da diferença. A esse conflito no interior das sociabilidades urbanas Figueiredo assume como uma recusa a um Outro próximo, ao passo que ele divide o mesmo espaço territorial dos que são colocados dentro do discurso autorizado da cidade idealizada na lógica em circulação. Uma ressalva importante feita pela teórica diz em relação ao Outro distante, que, se em potência se mostra mais transformador das lógicas em atividade, se coloca ao mesmo tempo dentro de um significativo espetacularizado pelas mídias, pelas formas audiovisuais, não realizando ameaça à identidade.

As migrações e a urbanização em massa, isto é, os deslocamentos impostos pela economia mundial, embaralham as fronteiras entre interioridade e exterioridade, abalando identidades



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

“estáveis” constituídas a partir do traçado dessas mesmas fronteiras. Daí decorrem reações radicais daqueles que, mantida a devida distância, não tinham problemas para reconhecer a especificidade do outro, desde que este se mantivesse em suas comunidades, concebidas como “fechadas e autênticas”. É, portanto, o fato de o outro se diversificar, de ser capaz de refazer alhures o seu lugar, tornando-se próximo, que exaspera os que não necessitam abandonar seus territórios de origem para sobreviver (FIGUEIREDO, 2012, p.105).

Se nos fluxos migratórios ocorridos nos últimos tempos, de refugiados que chegam à Europa e às Américas, o que Vera Figueiredo diz se coloca como uma indução emergente, o que pode ser dito em relação aos fluxos territoriais no espaço urbano, como ocorrido em São Paulo, em que comunidades não são reconhecidas e devem ser excluídas do espaço social à medida que interesses da elite financeirista e de amplos setores da classe média alocam questões? Não se trata, nesse caso, de um Outro distante que se aproxima do Mesmo autorizado no espaço social, mas sim de um rompimento na sua enunciação ao tornar-se um Outro visível por interesses da especulação financeira e seus sintomas de gentrificação e exclusão, pois ele é usado como justificativa das ações, que passa por internação compulsória e projetos de revitalização. Sua ameaça à identidade se dá a partir de sua condição precária na existência. Fato que, ao nosso ver, complexifica o jogo de conflitos na relação entre ela e a alteridade.

Uma dessas complexidades se encontra justamente em torno da mediação e circulação de informações sobre os territórios urbanos e sua população. Lugares enunciativos em que o jornalismo é atribuído de valor e tem sua relevância como anteparo mediador das relações em disposição na cena social. Diante de um cenário com várias camadas nota-se, não obstante da discussão, um retorno do político. Se em tempos nem tão remotos esse debate se colocou como perdido dentro do capitalismo tardio, recomenda-se pensar novamente no local do político dentro do regime estético. Ou, como alguns autores têm se referido, uma aproximação entre o estético e o político.

Atribuindo-se de muitas variáveis, o conflito estabelecido entre grupos sociais instituídos dentro do discurso da cidade e grupos excluídos do jogo econômico em atividade na modernidade tardia requer amplo debate em torno, como afirma Rancière, de uma ideia renovada de comunidade, ou, uma partilha paritária no regime estético entre o visível e o invisível. Evidente que é possível pensar nessa relação a partir de uma condição ideal de representação - a que nunca se confirma -, porém, o campo é de constante tensão no político. O que se estabelece no encontro com a alteridade, em grande medida, é o laço ruidoso entre os que permanecem estáveis com suas identidades e os que



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

lutam para alterar o regime de visibilidade e invisibilidade que situa os corpos em seus lugares, segundo o seu nome ou sua ausência de nome, buscando “recompôr as relações entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer que definem a organização sensível da comunidade” (RANCIÈRE APUD FIGUEIREDO, 2012, p.106).

Imersos nesse jogo estão as imagens em circulação no social e suas poéticas de enunciação, em modos de dar-a-ver e também de assimilação a um dizível autorizado. Ao apresentarmos a condição de visibilidade da Cracolândia no contexto urbano, buscamos adequar o debate em torno das alteridades das formas e das imagens, a partir de formas de resistência existentes no local e que produzem conteúdos midiáticos e audiovisuais como práticas interacionais e políticas nas redes sociais.

À medida que o discurso sobre a região e seus usuários ganhava lastro social com atos de nomeação como “cracolândia” e a circulação de imagens em telejornais e programas de TV, dos anos de 1990 até os dias atuais, outras formas de mediação, imagens, documentos, relatos, passavam a ser construídas dentro da esfera institucional como a defensoria pública, setores progressistas da saúde pública e em algumas gestões públicas da cidade. Além desses órgãos formais, surgiu também no contexto alguns movimentos, grupos e coletivos organizados em defesa do direito à cidade dos moradores da Cracolândia, que prestam auxílio a questões básicas de saúde, moradia e realizam um conjunto de ações para a proteção social das pessoas residentes da região. Um dos exemplos mais visíveis hoje é o movimento *Craco Resiste*. Surgido em 2016, a organização foi uma resposta, primeiramente, à violência policial constante aos usuários e moradores da região e pouco visível no cotidiano. A partir de perfis e páginas no Facebook, Twitter, Medium, a *Craco Resiste* tinha como principal política denunciar abusos arbitrários cometidos por órgãos do governo paulista, tanto do Estado de São Paulo quanto da prefeitura, por meio da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana respectivamente.

No âmbito da linguagem, o movimento, que é composto por sociólogos, antropólogos, especialistas em saúde e segurança públicas e também moradores da Cracolândia, optou por manter o nome oferecido desde as formações discursivas e narrativas atuantes sobre o local. A tentativa, segundo os próprios membros do movimento, é de reconhecer o espaço de outra maneira e persistir com uma visão dos habitantes da região, que também a chamam de Cracolândia. O movimento tem como intenção, dessa forma, inserir o espaço à sociabilidade de São Paulo na forma que ela se encontra, sem violar os direitos de seus frequentadores e moradores e se colocando contrário a projetos de



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

revitalização que expulsem os moradores para outras áreas, como os oferecidos pelas últimas gestões municipais e estaduais.

Durante seis meses de ação pautada na questão das violações dos direitos aos habitantes da região, entre 2016 e 2017, a organização produziu um documento, nomeado como ‘Agressões e Violações na Cracolândia’, no qual é apontado uma série de arbitrariedades cometidas durante o período que a *Craco Resiste* atua como organização. O dossiê é um dos poucos documentos existentes ainda hoje que dá-a-ver a uma violência sistêmica praticada pelos órgãos oficiais de segurança pública, construindo um dissenso no discurso em alguns níveis, como, por exemplo, as narrativas construídas pelas mídias hegemônicas. Dada a intenção de contraponto, o documento o nos apresenta relatos e descrições de violência cotidiana aos usuários de drogas e nos evidencia que a ação em maio de 2017 não foi pontual mas fazia parte de uma cotidianidade dos moradores do local.

No dia 23 de fevereiro de 2017, a Polícia Militar chegou a lançar bombas de gás contra a tenda onde funciona o programa municipal De Braços Abertos, atingindo não só as pessoas que eram atendidas no momento, mas os trabalhadores dos serviços. Pelo fluxo, o Batalhão de Choque distribuiu balas de borracha, cassetadas e mais bombas, ferindo diversas pessoas. Dois fotógrafos que cobriam a operação foram atingidos por munição letal de calibre .40, de uso exclusivo das forças de segurança (...) Em entrevista coletiva, no dia 27 de abril, o secretário estadual de Segurança Pública, Máximo Barbosa, tentou apresentar uma nova versão do episódio, dizendo que se tratava de um “confronto com traficantes”. A argumentação do secretário vem no sentido de aproveitar a repercussão causada pelas imagens repassadas dias antes pela Polícia Civil, subordinada à secretaria, à Rede Globo que mostram o tráfico dentro do fluxo da Cracolândia. (CRACO, 2017, p.10).

Nesse excerto do dossiê se nota o dissenso que o documento busca em relação ao dizer normativo dos órgãos de segurança e setores da imprensa nacional, que formam a narrativa sobre a Cracolândia e se ocupam de um lugar discursivo semelhante, movimento que invisibiliza o contraponto existente. Mais do que apostar em lados, nos interessa nessa colocação testemunhar a complexidade existente no campo social provocada por ditos que não são paritários nas possibilidades de ser visível.

Em outro documento do dossiê, apresenta-se o caso de 17 de janeiro de 2017, em que a Polícia Militar, através do seu batalhão de choque, sitiou a região. O sociólogo Marcos Vinicius Maia, membro da *Craco Resiste*, constrói o relato do dia no documento organizado pelo movimento.

A gente soube ontem sobre a invasão da polícia no fluxo, ou seja, na Cracolândia, através dos trabalhadores dos hotéis do Programa de Braços Abertos. Nos disseram que os moradores chegaram de noite todos apavorados com o que havia acontecido ali, daí eu fui correndo em direção ao centro, ao fluxo, e encontrei outros companheiros da Craco Resiste. Chegando lá, a gente viu uma cena de guerra, uma maluquice. Bomba para tudo quanto é lado, um armamento



super pesado, Rocam, Choque, e eles estavam fechando as ruas, a gente não conseguia entrar. A gente ia por um lado e eles proibiam a gente, ia por outro e proibiam também. Teve uma hora que eu tentei entrar, daí eu levantei os braços em direção a polícia e falei “olha, eu sou dos Direitos Humanos”, e o cara simplesmente apontou a arma para mim, na minha direção, e disse: “foda-se”. Inclusive criança (CRACO, 2007, p.06).

Em outros momentos dos relatos o documento apresenta imagens das ações militares das equipes de segurança do Estado de São Paulo. A documentação visual nos apresenta duas características, a de um grau de veracidade aos relatos escritos pois assume, em certa medida, um atestado de realidade ao que pode ser atravessado por uma impressão pessoal e, o segundo aspecto e mais relevante ao debate, a razão de existir uma imagem ou materialidade sobre algo que é da ordem do invisível⁷. Essa razão faz cumprir algo aqui já colocado de haver uma dessemelhança e um risco no discurso adotado como verdadeiro. Se pensarmos no campo do político, essa intenção do relato traz em si um valor como dissenso na ordem estabelecida, em posições sociais hegemônicas e com mais autoridade no âmbito da fala.

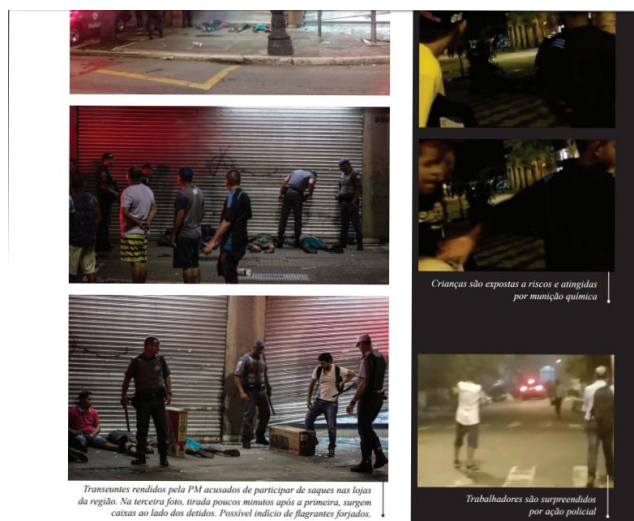


FIGURA 3 – Página do dossiê com imagens onde se lê na legenda: “Na terceira foto, tirada poucos minutos após a primeira, surgem caixas ao lado dos detidos. Possível indicio de flagrantes forjados”.
FONTE - CRACO, 2017, p.08

⁷ Há várias inferências possíveis sobre a noção de invisível e invisibilidade. O debate é bastante extenso e reconhece-se os pontos de contato existentes entre os vários conceitos que essa palavra assume. Nos é oferecida ao debate a ideia trazida por Merleau-Ponty da qual Jacques Rancière, ao menos assim enxergamos, parece assumir em parte na sua definição. Nessa visada, o invisível apresenta-se como estrutura do visível, ou, se adotar-se o raciocínio inverso, o visível é o que materializa o invisível. Para que se consiga ver é necessário um “pré-visível”, uma significação ou lugar na linguagem, o que oferece ao visível uma condição significante. Essa condição de ser “pré” Merleau-Ponty conceitua como o invisível, ele sempre está presente apesar de não estar aparente. Pensaríamos a partir dessa introdução como Rancière a não existência do irrepresentável, já que a opção de ser presença ou ausência é uma escolha sempre política, das hierarquias e condições dos sujeitos e agentes na partilha social.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Outra prática do movimento é evidenciar abusos de violência e violação dos direitos dos moradores da Cracolândia por parte dos órgãos de segurança. Normalmente, os motivos relatados pelas descrições são banais ou torpes, o que configura a violência desproporcional vista em alguns momentos. No caso do dossiê, a amostra reitera uma constante aos residentes da região.

No dia 02 de fevereiro de 2017, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) transformou uma necessária ação de limpeza em mais um episódio de agressão contra as pessoas que vivem no fluxo da Cracolândia. A população de rua desmontou as barracas e abriu espaço para que o local fosse varrido e o lixo recolhido. Porém, para retornarem, as pessoas eram submetidas a uma revista que, sem justa razão, confiscava uma série de objetos. Após o desentendimento por uma cadeira, os GCMs, armados de escudos e cassetetes, passaram a bater nos residentes da área. (CRACO, 2017, p.08).

Além do documento da *Craco Resiste*, outra produção e grupo organizado presente foi a *Agência Pavio* e as videorreportagens realizadas por ela durante os anos de 2017, entre maio e junho, em ações contínuas realizadas por polícias militar e civil e prefeitura de São Paulo. A *Pavio* é um coletivo de videorrepórteres que realiza produções audiovisuais voltadas às pautas sobre violação dos direitos sociais de grupos marginalizados e movimentos sociais e coletivos. Sua atuação é toda em plataformas digitais, como YouTube e Facebook, e além de produções da agência também comercializa reportagens e imagens e realiza trabalhos para órgãos transnacionais de comunicação, como os canais multiplataformas do *El Pais* e *Intercept*, sempre priorizando a autonomia requerida pelo coletivo da *Pavio*, de jornalistas e videorrepórteres.

Na manhã do dia 21 de maio de 2017 durante a Virada Cultural, principal evento da agenda cultural de São Paulo, o que ganhou um grau maior de noticiabilidade nas mídias tradicionais e alternativas foi a ação conjunta entre os poderes públicos municipal e estadual na região central da cidade. O ato se evidenciou, sobretudo, pela violência abrupta na retirada aos moradores que habitam o local. Após à retirada, equipes de limpeza da prefeitura fizeram o serviço de remoção do que sobrou e abriram caminho para a chegada do prefeito da cidade e sua comitiva que era aguardada para a conferência do serviço executado. Essa sequência temporal descrita é apresentada pelas imagens captadas pelo videorrepórter Caio Castor, da *Agência Pavio* e *El Pais*. O vídeo, que tem mais de dois milhões e duzentas mil visualizações no Facebook, inicia com dois policiais armados ordenando que moradores saem do local onde se encontravam habitando em barracas. Após a ordem policial vê-se disparos a moradores com cobertas e pertences em mãos que correm em direção contrária ao território



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

em conflito (Figura 4). A câmera permanece no local caminhando junto em direção aos confrontos existentes entre policiais e moradores, sem se distanciar ao que ocorria. Dessa forma ela pôde capturar a resistência de uma moradora que se recusou a deixar o local e, por conta disso, foi alvejada por gritos e tiros de intimidação de três policiais. Como é visto, um dos tiros de bala de borracha quase acerta seu pé ao ser direcionado para o chão (Figura 5).



FIGURA 4 – PMs avançam na área da Cracolândia
FONTE – Página da Agência PAVIO no Facebook.



FIGURA 5 – PMs atiram em moradora da Cracolândia
FONTE – Página da Agência PAVIO no Facebook.

Ao apresentar tal modo de atuação de policiais militares em confrontos, ainda que haja um farto repertório de imagens de ações dessa natureza, o vídeo nos coloca em relação a outras imagens não visualizadas na profusão de conteúdos visuais que estão em circulação em várias plataformas sociais. Entende-se, de alguma forma, como as pessoas são alvos de balas de borracha e bombas de efeito moral que causam escoriações e marcas no corpo, muitas delas irreparáveis. Ela se diferencia de outras imagens justamente por aproximar olhar sobre a experiência em causa, e não se deter a uma condição pré-visível que afirma ser a Polícia Militar um instrumento de controle da ordem pública, de segurança e proteção aos moradores do espaço urbano, e, por mais que haja exageros, há uma razão de imprescindibilidade a esse tipo de dispositivo vigilante na organização da vida social. O exagero, adjetivo de uso comum em momentos como esses, é uma afirmação que se coloca a partir de imagens que põem a pensar dentro de um regime já apreendido e que confirmam os modos de dizer correspondentes a elas. Ao ver em distância ou abstrato o confronto entre policiais e moradores de regiões subalternas no espaço urbano, não é possível tensionar em nenhum grau o regime da imagem como um contraposto ou dissenso ao que é compreendido pelas mediações hegemônicas. Em outras postulações teóricas poderia se dizer que tais imagens são despossuídas de enigma, pois tudo por ela já está dito.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Esse modo de compreender a imagem liga-se ao que foi apresentado anteriormente neste artigo na relação das identidades estáveis com um Outro distante e um Outro próximo. Nesse caso que colocamos em debate a pouco, o dizível confirma um ideia pré-visual de um Outro que não é visto, não diz. A recorrência posta em distância o espetaculariza, o resume ao lugar que o comporta no regime da imagem e que justifica a violência em que ele é o alvo. O que as imagens da videoreportagem desmentem, portanto, é uma concepção identitária ao semblantizar a violência que não é comportada dentro do regime do visível, criando um grau de dessemelhança na imagem. Aproxima-se do Outro para que suas formas na imagem evidenciem uma alteridade que conflita com o Mesmo. A postura da mulher alvo de violência policial naquele momento traduz um modo de resistência que põe a operação policial fora do seu lugar originário, autêntico, no regime estético - como já rememorado, de uma instituição a serviço da ordem pública, da segurança dos cidadãos autorizados na cena social. O que se insurge na imagem é o contrário a esses predicados pré-visuais e corporificados na moradora da região que não atende às ordens do ato autorizado e o evidencia como uma violência social em curso nos conflitos territoriais da cidade, na partilha do espaço urbano. Há nesse registro algum grau de reconhecimento pela imagem aos habitantes invisibilizados na cultura, uma alteração na semelhança que produz uma fissura e, portanto, um efeito no *real*.

Nota-se que a partir da vinculação desse vídeo, em 21 de maio, a partilha passou a tornar visível à violência do ato em outros modos de visualidade e formas audiovisuais. Revelou-se um oculto nas imagens a partir de alguns desdobramentos violentos ocorridos no confronto que, em outros momentos, poderiam permanecer invisibilizados e repetirem um anteparo já assimilado. Grupos de mídia, na maioria das vezes alinhados à relação entre o poder público e o poder econômico – do qual eles são parte - necessitaram apresentar imagens que evidenciam a ocorrência de violência explícita durante toda a operação.

Foi o caso da demolição de prédios na rua Glete, no centro de São Paulo, com moradores dentro. Amplamente divulgada, a ação da Prefeitura de São Paulo em demolir habitações e edificações nas ruas que cortam a região foi igualmente criticada por programas na televisão aberta e telejornais locais e nacionais.



FIGURA 6 – Imagens internas do prédio demolido vinculado no SPTV Primeira Edição.
FONTE – Telejornal SPTV da TV Globo.

As imagens do circuito interno vinculadas (Figura 6) revelam, entre outras questões, a razão de uma inviolabilidade presente em sua própria forma. Não há como discutir com a sua aparição pois ela não é facilmente manipulável. Há tanto um grau de veracidade, que não permite acusá-la de nada que a desmintam, quanto de totalidade, à medida que a ela é assumida o efeito de realidade indiscutível, incorruptível, ainda que seja apenas um efeito. Suas conclusões também estão a serviço do poder, da violência, em modos de vigilância do mundo contemporâneo. Entretanto, neste caso, foi possível a partir dela abrir condições de apresentação do conflito, vincular-se a uma cadeia significativa que remete à alteridade em jogo, nos sujeitos e nas imagens.

3. Brechas do reconhecimento

Evidentemente não é possível afirmar que as ações coletivas aqui relatadas, da *Craco Resiste* e *Agência Pávio*, entre outras não mencionadas que atuam na região da Cracolândia - seja oferecendo auxílio aos moradores e habitantes da região, seja produzindo formas interativas de comunicação em redes sociais, plataformas digitais -, alteram em definitivo o modo como se é encarado um problema de sintomas graves como o ocorrido nessa região de São Paulo. Há sempre ações reativas frente a resistências e formas de reconhecimento, da mesma forma que em relação ao poder há sempre a resistência a ele. Porém, anunciamos aqui, de alguma maneira, que as práticas na linguagem como as realizadas por esses e outros coletivos interferem em uma ordem antes estabelecida e passam a criar brechas de compreensão da complexidade, produzem dissensos que desfazem determinadas abstrações da realidade ocasionadas em formações anteriores do discurso sobre a Cracolândia.

Essas brechas também podem ser lidas dentro do conceito de Eliseo Verón (2013) das “gramáticas do reconhecimento”, em que as práticas interacionais, sobretudo mediadas pelas



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

plataformas digitais, realizam um conjunto de espaços e aberturas para o surgimento de riscos, fissuras no campo da fala e da linguagem. A ideia de uma gramática nos leva em direção aos ditos e não-ditos no campo social e o reconhecimento passa a ser um conceito merecedor de um amplo debate nos dias de hoje.

Nancy Fraser (2007), a partir da filosofia política, vai refazer as bases do conceito para a compreensão do contexto global vivenciado na cultura contemporânea. Afirma que há um laço estrutural que une, em muitos casos, a luta pelo reconhecimento com a lógica neoliberal, reificando questões sociais cuja a relevância se perde em meio a outras formas de consumo. Para tanto é preciso, segundo a filósofa, aliar reconhecimento com as políticas de redistribuição. Essa seria a condição para que fosse possível sair das armadilhas das políticas identitárias que algumas teorias do reconhecimento hoje sustentam, pois, a partir do momento que esses modelos compreendem o “não reconhecimento como um dano à identidade, ele enfatiza a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e da interação social (FRASER, 2007, p. 106). A questão contrastante nesse modelo é por dar ênfase “a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa e autopoética, ele submete os membros individuais a uma pressão moral afim de se conformarem à cultura do grupo” (FRASER, 2007, p.106).

Por outro lado, o modelo de status defendido por Fraser,

diferentemente do modelo da identidade, entende o reconhecimento de uma forma em que esse não é colocado no campo da ética. Concebendo o reconhecimento como uma questão de igualdade de status, definido então como paridade participativa, ele fornece uma abordagem deontológica do reconhecimento. Sendo assim, ele libera a força normativa das reivindicações por reconhecimento da dependência direta a um específico e substantivo horizonte de valor (FRASER, 2007: 110).

O ponto irreconciliável entre o reconhecimento e a redistribuição são as bases filiativas desses dois modelos, enquanto a redistribuição é da ordem da moral, da justiça social, o reconhecimento, como é presenciado nesse caso, é da ordem ética, do indivíduo, de uma valoração dos predicados. O que se faz necessário na linguagem é o modelo de status que se coloca em Fraser, em que o reconhecimento esteja em disputa também na ordem da moral, em uma busca por paridade social, compreensão de estéticas não-reconhecidas, entre outras possibilidades oferecidas por essa junção entre o ético e a moral.



COMUNICON2018
congresso **internacional**
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

As imagens e relatos em circulação sobre a Cracolândia nos ajudam na percepção do conceito de reconhecimento a partir de novos desdobramentos em torno dele. Ao invés de uma baliza ética em suas positivamente predicativas e aderência discursiva dos sujeitos subalternizados, o olhar é convocado por um reconhecimento no campo da moral, na perspectiva, ao menos momentânea, não perene, de lógicas que se complementam no capitalismo tardio. A cadeia sucessiva de imagens, relatos, descrições, visibilizadas por coletivos em relação aos sucessivos acontecimentos ocorridos na Cracolândia no ano de 2017 nos coloca a pensar sobre a questão do reconhecimento a uma estética não aceita na ordem moral. Em outros termos, diz-se sobre a mudança na lógica em ação na cidade, em sua configuração social e no seu regime de partilha. Portanto, a necessidade dessas documentações e inferências em uma ordem moral, não apenas ética, põe em disputa a noção de paridade esquecida pelo reconhecimento identitário.

Na condição dessa partilha, portanto, compreende-se a insuficiência na adoção apenas do reconhecimento como uma frente possível, e pensa-se junto a ele a redistribuição como uma ferramenta de resistência às diversas violências ocorridas e naturalizadas pela fração reativa da moral em curso. Seria, portanto, sugerir a redistribuição e partilha do urbano como reconhecimento na moral estética. Oferece, assim, uma compreensão em relação a ordem moral de uma comunidade que também ocupa-se de uma estética, ou, formas autorizadas de circulação no social. No caso, dentro do contexto urbano.

Um debate bastante presente nos espaços de resistência ao neoliberalismo, na política, e algo a ser pensado mais atentamente diante dos desafios que se colocam na disputa entre poder e potência, instituições e sociedade, e, mais emergente, em qual caminho deve-se apostar, é o confronto entre os campos redistributivo e do reconhecimento. Acredita-se com essa demonstração de práticas interacionais e midiáticas de grupos e coletivos atuantes na Cracolândia a possibilidade de se aproximar de uma ideia de comum, de reconhecimento a estéticas não visibilizadas no social. Se mostra, de outro modo, a urgência em tentar a reorganização dos trajetos críticos a partir do que historicamente é colocado em conflito nos espaços de atuação do progressismo global. Na partilha das imagens, dos relatos, dos documentos, dos diálogos em plataformas digitais, se mostra fundamental tanto o reconhecimento quanto a redistribuição nos modos de produção e circulação desses significantes. Entra-se, por fim, no campo do político para dar uma dimensão crítica aos conteúdos midiáticos. Uma plataforma discursiva para atender às demandas em se pensar a reconfiguração do político nos modos



COMUNICON2018
congresso **internacional**
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

de representação, nas formas audiovisuais, nos relatos de movimentos e nos caminhos da videoreportagem.

Referências

CRACO Resiste. **Agressões e Violações na Cracolândia**. São Paulo, 2017.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova (Online). São Paulo. n.70, pp.101-138., 2007.

FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. New York; London: Verso, 2003.

FIGUEIREDO, V. F. **A partilha do espaço urbano e a questão do outro próximo**. Galaxia (Online). São Paulo. n. 24, p. 103-114, dez. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RUI, Taniele. **Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, 2013, pp. 287-310.

VENANZONI, T. S. **Um entre a ética e o reconhecimento**. Novos Olhares – Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos. São Paulo, v. 6, n. 2, 2017, pp.114-125.

VERÓN, Eliseo. **La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Paidós, 2013.